

uma nova marca: "CP" — Carvalho Pinto. (Risos.) E' a mais horrenda de todas. Ela se faz com o ombreiro do contribuinte, da maneira a mais desastrosamente possível. Perguntem-me V. Exas. os termos crus. Mas tranquilizem-se: o "Diário Oficial" noticiará o meu discurso — este e outros. O Governador, Carvalho Pinto e um homem curioso, que lembra a figura shakespeariana Falstaff, de Henrique IV, o personagem que em toda a literatura universal melhor retrata a mentira. Se V. Exas. compulsar em qualquer exemplar do "Diário Oficial" para saber quanto rende hoje o imposto de vendas e consignações, não poderão fazê-lo. Repto qualquer deputado governista a trazer um "Diário Oficial", de 53 até agora com os dados reais da arrecadação do imposto de vendas e consignações. Não há. O "Diário Oficial" publica dados fraudulentos da arrecadação do imposto de vendas e consignações. Não o que é arrecadado hoje, mas o que seria arrecadado à taxa antiga. Coleciono esses quadros como páginas da história de uma época negra da minha terra natal. O Governador que mente à própria arrecadação mensal do vendas e consignações, não publica a verdade. Publica os dados como se estivéssemos arrecadando à taxa antiga. Então, eu preciso calcular, à nova taxa, qual deve ter sido a arrecadação efetiva, porque S. Exa. acostumou-se à fraude, à mentira, à mistificação e à farsa. Esse é o honrado governador, que V. Exas. elegeram e detêm nesta Casa. Troquem com ele o que quiserem, mas há alguma coisa, Srs. deputados, que não convém trocar nunca, com ninguém, porque não pertence a V. Exas. e sim ao parlamento paulista. O orçamento do ano passado era mentiroso, fraudado. Como de quatro anos a esta parte, ele se apresenta falsamente equilibrado. O equilíbrio orçamentário era real? Não, era fictício. Quem o diz? O próprio Governador, pedindo mais três bilhões e trezentos milhões de cruzeiros. Então, por que se mentiu no orçamento? Para apresentar equilíbrio orçamentário. Por que isto? Porque é a publicidade de Jânio e a de Carvalho Pinto. O orçamento paulista está equilibrado e o Brasil inteiro engole a pilula e S. Exas. se elegem para gáudio de V. Exas. Mas elegem-se com a mentira, com a fraude, com a mistificação! São processos novos. Dai o Governador Carvalho Pinto afirmar ao Brasil que se inaugura um novo estilo de governo. E' verdade. E' um novo estilo de governo: é o governo da mentira, é o governo da fraude, é o governo da mistificação, é o governo da farsa. Os outros fizeram tudo o que V. Exas. quiserem imaginar, mas não chegaram a este ponto. Não! Guardavam resquícios de vergonha que estes perderam. Falo do ex-governador e do atual Governador.

A que ponto chegaram os homens do meu Estado, os governadores da terra paulista!

Pode, entretanto, algum Sr. deputado governista argumentar: "Não, o orçamento apresentado para 1960 estava equilibrado, mas houve falhas no cálculo, deficiências de previsão, daí a necessidade de o Governador solicitar agora mais três bilhões e trezentos milhões de cruzeiros." Eu gostaria que fosse assim, mas três bilhões e trezentos milhões de cruzeiros não admite esta hipótese. Diz ele que nunca o próprio Governador Carvalho Pinto não admite esta hipótese. Diz ele que nunca os orçamentos foram elaborados com tanta precisão, com tanta cautela e tão bem fundamentados.

Vou ler a V. Exas. o que V. Exas. já esqueceram mas que se encontra publicado no "Diário Oficial" que encaminhou a proposta orçamentária para 1960. Nesta Mensagem n. 357 o Sr. Governador diz assim:

(Lê): "Cuidadosamente elaborada pelos órgãos especializados da Secretaria da Fazenda, a mencionada proposta compreende: ... Vejamos bem! A proposta orçamentária foi 'cuidadosamente elaborada', portanto, não permitiria engano de previsão da ordem de mais de três bilhões de cruzeiros."

Mas S. Exa. não fica satisfeito e — vejamos agora como fica bem no Professor Carvalho Pinto o auto-elogio — diz assim:

(Lê): "O equilíbrio orçamentário previsto para o corrente exercício decorre das medidas saneadoras postas em prática a partir de 1955 e que permitiram ao meu ilustre antecessor" (é Jânio Quadros) reconquistar para o Estado a posição de prestígio e confiança de que sempre desfrutou".

Ora, se "sempre desfrutou" não precisava "reconquistar". Mas, aqui V. Exas. vêm o porquê da mentira. Mentem para atrair à face do povo paulista um orçamento equilibrado, mas fraudado. E com este equilíbrio fraudulento, atitude que valeu do nobre deputado Marco Antônio o epíteto de estelionato —, epíteto, a meu ver, muito bem empregado (Não apoiado!), apesar do incenso e dos aplausos de algum ilustre Sr. deputado majoritário.

— (É dado um aparte anti-regimental.)  
Mas a prova aqui está! Trago-a para quem souber ler e quiser fazê-lo.

O equilíbrio orçamentário era, portanto, o ponto publicitário número 1 de Jânio e Carvalho Pinto. Então, era preciso manter o equilíbrio. De que forma? Fraudando, mentindo, mistificando.

Se o orçamento foi cuidadosamente elaborado, como deixou de fora 3 bilhões e 300 milhões? Ah, precisava! Porque senão desequilibrava o orçamento. E onde iria a campanhazinha publicitária de Jânio Quadros e Carvalho Pinto, dizendo recuperadas as finanças paulistas, equilibrado, rigorosamente, o orçamento? Mas onde existia equilíbrio orçamentário? Mostrem-me, Srs. deputados janistas! Quando? em que ano Jânio Quadros equilibrou o orçamento de São Paulo?

Só sabem dizer que o homem é o maior, como se fosse uma estação de rádio que anda por aí. Mas não dizem mais nada.

Diz ainda o Governador de São Paulo — vejamos bem! — (vou ler, ipsis verbis): "A proposta orçamentária para 1960, que ora tenho a honra de submeter à apreciação desta nobre Assembleia, sob qualquer dos aspectos que venha a ser analisada, demonstra que foi elaborada com rigorosa observância das regras da técnica".

Qual é a regra fundamental da elaboração orçamentária? Previsão matemática. Além dos princípios gerais a que deve obedecer qualquer orçamento — princípios universais da Ciência das Finanças — há algumas regras formais para a elaboração do orçamento, e a primeira regra é esta: previsão matemática, exata.

Diz o Sr. Governador que este orçamento "foi elaborado com rigorosa observância das regras da técnica e atende ao programa da administração prevista para o ano vindouro, tendo em vista a realização de despesas estreitamente ligadas a obras e serviços de interesse público".

Então vêm V. Exas. que o orçamento — segundo diz o Governador — foi elaborado de acordo com as mais rigorosas normas técnicas e de acordo com as exigências lógicas da administração paulista.

Dai a razão de eu dizer que é mentira. Se o orçamento foi elaborado de maneira tecnicamente perfeita, como se explicam os 3 bilhões e 300 milhões a mais na despesa, que agora o Governador solicita?

Do reajustamento orçamentário o povo não toma conhecimento.

Vejam V. Exas. o orçamento para 1961: outra mentira que veio para esta Casa, em 30 de setembro: 106 bilhões, se não me falha a memória, orçamento equilibrado. O povo inteiro está satisfeito. O homem é um milagreiro, equilibrou o orçamento e o mantém equilibrado. O ano que vem, outro reajustamento, de quatro, cinco, seis, oito bilhões. Mas ele não publica que o reajustamento foi para corrigir o déficit orçamentário. Não! Isto ele não publica! E' o novo estilo de governo. E' o estilo da fraude, da mentira, da mistificação.

Mas não é mais fácil dizer a verdade ao povo? Assim entendemos. Creio que V. Exas. também entendem assim. Mas o Governador Carvalho Pinto tem opinião diferente. Entende que é melhor falar com a verdade.

O Sr. Costabile Romano — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento do orador) Sr. deputado Hilário Torloni, V. Exa., indiscutivelmente, é um dos expoentes desta Casa. Mas V. Exa., da forma como situa a questão, parece-me que não está acompanhando o que os executivos realizam em todos os setores. Já fui prefeito municipal e nas épocas oportunas tive que recorrer também aos reajustamentos orçamentários. E não é de hoje que esta Casa, Sr. deputado Hilário Torloni, vem aprovando reajustamentos em diversos governos.

V. Exa. não deve ignorar que desde 1950, desde o então governo do Sr. Ademar de Barros, esta Casa vem discutindo no sentido de oferecer aos governos, suplementações nos orçamentos. E constatamos aqui, oficialmente, que do ano de 1950 até o ano de 1960, foram encaminhadas, por todos os governos estaduais, a esta Casa, suplementações nos seus orçamentos. E o mais importante, V. Exa. irá constatar que no orçamento de 6 bilhões e 23 milhões e 379 mil cruzeiros, de 1950, o governo do Sr. Ademar de Barros, foi solicitado, pelo então governador, e aprovado por esta Casa, um reajustamento no valor — preste bem atenção V. Exa. —

O Sr. Hilário Torloni — Sou todo ouvidos, nobre deputado.

O Sr. Costabile Romano — ... de 2 bilhões e 24 milhões de cruzeiros. No governo de S. Exa. o Sr. Nogueira Garcez, num orçamento de 8 bilhões e 777 milhões, também foi feito um reajustamento líquido de 907 milhões de cruzeiros. Ve V. Exa., subsequentemente, que tantos outros foram realizados e levados a efeito. E vê também V. Exa. que este reajustamento, que estamos discutindo neste momento, é referente a um orçamento de 83 bilhões e 836 milhões — o Governo do Estado solicita reajustamento de 2 bilhões e 751 milhões de cruzeiros, igual ao pouco maior que o reajustamento do governo do Sr. Ademar de Barros relativo a um orçamento de 6 bilhões, somente.

(Assume a Presidência o Sr. Araripe Serpa).

O Sr. Costabile Romano — Vê V. Exa., Sr. deputado Hilário Torloni, que isto já é uma frase estabelecida. Não é um descuido. Não é uma desonestidade dos governos, porque isto já se realiza em todos os governos estaduais, em todos os governos municipais. Ai está o governo do nosso município que tam-

oém solicitou à Câmara Municipal um reajustamento. São as grandes prefeituras de todo Estado de São Paulo que também fazem essas solicitações às suas câmaras. E o nobre deputado Hilário Torloni sabe que isto é coisa corriqueira, que se leva a efeito sem nenhum signo de desonestidade. E se essa desonestidade que V. Exa. está proclamando dessa tribuna fosse verdadeira, fosse verdadeira, V. Exa. sabe que na campanha eleitoral seria posta em jogo e levada ao conhecimento do povo brasileiro. E o povo brasileiro respondeu a essa insinuação que V. Exa. está fazendo dessa tribuna com a grande vitória que deu a Jânio Quadros representada pelo seu governo, pelo seu trabalho, pela administração que deu a São Paulo, como exemplo de que deve dar ao Brasil.

Portanto, vê V. Exa. que o povo brasileiro compreendeu o trabalho, a disciplina que impôs às finanças de São Paulo. Portanto, é V. Exa. que está incorrendo em erro. V. Exa. está cometendo injustiça (Muito bem!), não só àquele governo, — do prof. Carvalho Pinto — que está dando demonstração de como vai atender aos interesses da gente do interior. Capacidade, justiça e honestidade acima de tudo. E é por isso que São Paulo deu este exemplo de votação que todo Brasil acompanhou. Não será V. Exa. dessa tribuna que irá desmerecer um trabalho de tantos anos e fará com que se deslustre tudo aquilo que se fez em benefício de São Paulo e do Brasil. E aí está o Plano de Ação para provar o que São Paulo pode fazer, o que o povo de São Paulo deseja, a resposta do povo em 3 de outubro, levando ao Palácio da Alvorada aquele que fez a redenção de São Paulo e irá fazer a redenção do Brasil.

O Sr. Hilário Torloni — Sr. Presidente, interessante seria V. Exa. colocar neste plenário um plano, ou outro instrumento musical para acompanhar esses hinos laudatórios. Esses hinos apenas balbuciados talvez não tenham o condão de encorajar o Professor Carvalho Pinto e o Dr. Jânio Quadros a quem são endereçados. Com acompanhamento musical a coisa melhora!

O Sr. Costabile Romano — E esses balancetes?

O Sr. Hilário Torloni — Esses balancetes a Secretaria da Fazenda deu para V. Exa. ler agora. O povo não tomou conhecimento deles antes das eleições. Nem sempre o povo acerta. Se o povo sempre acertasse não existiria aquela cruz que ali está com Alguém crucificado. Crucificado pelo povo, pelo povo mesmo. O mesmo povo que pratica erros como aquele, não pode fazer erros como esse de outubro de 1960? Está claro que sim. Se o povo acertou crucificado o Justo então tem razão o nobre deputado laudatório. Se o povo errou naquela ocasião então para mim que posso eu estar certo agora e que o povo errou a 3 de outubro último.

(É dado um aparte anti-regimental.)  
Quando V. Exa. quiser aparte eu o concederei. Por enquanto continuo a falar.

Esta é a razão. Naquela época o povo foi pela voz dos falsos profetas, dos falsos oradores; hoje foi ludibriado pela campanha orgiaca, — orgiaca quer dizer nababesca — do Sr. Jânio Quadros. É o mesmo processo de mistificação. É a mesma fraude, a mesma mentira pregada ao povo. Mas o nobre deputado que entendeu este hino de louvor a Jânio e a Carvalho Pinto, o nobre deputado Costabile Romano, descobriu uma coisa que eu já havia falado e não é novidade, — que o reajustamento é uma peça de praxe, rotineira. Esta seria uma descoberta que honraria a qualquer parlamentar. Infelizmente, porém, não pertence a nós esta descoberta, pois está nos tratados de finanças. Como complemento do Orçamento, há o reajustamento orçamentário. E peça rotineira mesmo. É desnecessário o ato pelo qual se pede um reajustamento? Não é legítimo. Pedir um reajustamento é legítimo, não é desnecessário, não é ato fraudulento. O que é desnecessário, o que é fraudulento, é equilibrar falsamente um orçamento. Coisa que Ademar e Garcez não tiveram a desfaçatez de praticar. Não apregoaram equilíbrio orçamentário nem magia financeira. Não apresentaram ao povo a face de nenhuma magia. Jânio fez isso. Por isso mentiu, por isso fraudou, por isso mistificou. Foi o que eu disse e repito. Nenhum dos seus antecessores usou esse processo, esse estratagemas fíctios, que visa embair a boa-fé do incauto povo que eleger esses mistificadores. Carvalho Pinto sim, continua a fraudar.

Nenhum deles afirmou que o orçamento era infalível, exato, perfeito porque elaborado segundo técnica rigorosa, de acordo com as necessidades exatas da administração pública. Não. Nenhum deles. Apenas enviavam para cá o orçamento. O nobre deputado Costabile Romano ignora essas coisas, por isso permito-me explicar a S. Exa. O nobre deputado Costabile Romano não acompanhou os governos anteriores, apenas lê dados enviados pela Secretaria, esquecendo de examinar governos anteriores sob este aspecto.

O Sr. Presidente — (Fazendo soar a campainha) — A Presidência avisa o nobre orador que restam dois minutos para terminar o seu tempo.

O Sr. Hilário Torloni — Muito obrigado a V. Exa.

Portanto, aqui está a desonestidade. O nobre deputado Costabile Romano mistura alhos com bugalhos. Ninguém poderia dizer que reajustar um orçamento é praticar desonestidade. Não. É um ato de rotina como S. Exa. pretendeu descobrir. Não há fraude. A mistificação está na elaboração do orçamento. Um orçamento falso e ficticiamente equilibrado, para publicidade, para ganhar eleições. Ganham eleições. Mas ao povo se mentiu. Mas ao povo não se disse a verdade. Falso-se a realidade. O povo foi vítima. Assim explicaram a ele. Portanto, só poderia ter agido assim. Não precisaria ser profeta para prever que o povo votaria no mistificador, no farsante. Pois é claro: Explicaram ao povo que Jânio havia equilibrado o orçamento, que havia recuperado as finanças! Já provamos que as finanças estão num descabro tremendo. Jânio aumentou em 12 bilhões a dívida pública de São Paulo. Esta governadora já aumentou 1 bilhão e meio em pouco mais de um ano a dívida pública. O professor de finanças Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto! O restaurador das finanças! O mágico!

Sr. Presidente e Srs. deputados, suplementar uma peça feita, técnica e cientificamente exata, seria desnecessário. Se este Projeto veio a esta Casa, como deveria vir mesmo, e como foi agora novamente descoberto, por ser uma peça rotineira, por que então o Prof. Carvalho Pinto se fez aquele auto-elogio? O povo muito bem assevera que elogio em boca própria é vituperio. E este Prof. Carvalho Pinto, em matéria de auto-elogios, é nababesco! Quando cessam os auto-elogios, ele compra hetero-elogios, elogios dos outros.

O Sr. Presidente — A Presidência informa ao nobre orador que o tempo de S. Exa. está esgotado. Entretanto, poderá continuar na tribuna por mais 60 minutos, por cessão do nobre deputado Luciano Lepore.

O Sr. Hilário Torloni — Sabem como compra elogios? Pagando. Pagando com o dinheiro que V. Exas. votaram para as obras do Plano de Ação. A "Última Hora" do dia 19 de setembro, numa pequeníssima secção destinada à publicidade, reclama, publicou uma notícia edificante. Sub-título: "Samuel de Mello". A notícia é a seguinte: "S. J. de Mello Publicidade obteve à conta do governo do Estado, para divulgação do Plano de Ação do governo Carvalho Pinto, a verba de 300 milhões de cruzeiros". 300 milhões, nobre deputado Costabile Romano, à custa dos 100 bilhões do Plano de Ação que V. Exas. votaram às cegas para servir ao governo e não ao povo, 300 milhões para uma companhia de publicidade chamada S. J. de Mello Publicidade! 300 milhões para fazer elogios ao Plano de Ação, para mistificar a opinião pública de São Paulo. Isto é furto, é roubo; isto é mistificar a opinião pública. Construa hospitais com 300 milhões e não os dê a uma companhia de publicidade, sem concorrência pública. Qualquer despesa acima de 600 mil cruzeiros precisava de concorrência pública, a essa altura. Hoje, acima de um milhão e meio precisa de concorrência pública. São 300 milhões do povo, furtados ao povo, para publicidade do Plano de Ação!

É fácil defender um governo que se usufrui, mas é difícil defender um povo que vive mistificado.

O Sr. Jêlhero de Faria Cardoso — V. Exa. permite um aparte?

O Sr. Hilário Torloni — Vou apenas concluir o meu pensamento a respeito do hetero-elogio comprado com o dinheiro votado para o Plano de Ação.

Na mesma secção de "Última Hora" destinada à publicidade, dia 26 de setembro, página 2, do caderno. Aquela companhia de publicidade obteve 300 milhões para fazer elogios ao Plano de Ação, para dizer que ele é extraordinário, 300 milhões! Mas não ficou nisso. O Governador vai além na fraude, na mentira, na mistificação, na dissipação do dinheiro público, que o Código Penal, entre outras figuras, qualifica de furto. Sub-título: "Nova Agência". Nova agência! Aquela era a S. J. de Mello Publicidade. Eu lembro a V. Exa. que este jornal deferido do Plano de Ação. Não é jornal do PSP, Garcez, Ademar. Defende o Governador Carvalho Pinto e faz uma defesa imorterrita e indefesa do Plano de Ação. É incensável o jornal em defender o Plano de Ação. Pois é este mesmo jornal que repete, na mesma secção, uma notícia semelhante, para cuja leitura clamo respeitosamente a atenção de V. Exas. Sub-título: "Nova agência". Marcos Pereira deixou a S. J. de Mello Publicidade. ... a que havia recebido os 300 milhões — "... deixou a S. J. de Mello Publicidade para instalar nova agência, financiada pelo Governo do Estado. Finalidade inicial: divulgação do Plano de Ação CP". Nova agência, fundada por um antigo elemento da S. J. de Mello Publicidade e agora financiada pelo governo! No tempo da ditadura, chamava-se DIP — Departamento de Imprensa e Propaganda. Agora, vimos ver que nome vão dar a essa empresa. Deve ser "Empresa C. P. — Carvalho Pinto".

O aluno ultrapassa o mestre. Nem Jânio chegou a este ponto, o que já é dizer muito! Nem Jânio chegou a este ponto de instalar um DIP para fazer o elogio de si mesmo e de seu Plano de Ação. O nobre deputado Costabile Romano já se não encontra em jornais. Não quis ouvir. Ah, está lá S. Exa. Deve, portanto, ter ouvido a notícia, e não sei em que verba, em que rubrica